

**CÂMARA MUNICIPAL**

**DA**

**COVILHÃ**

**TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 20/ 2015**

Da reunião extraordinária realizada, por força da aplicação do preceito contido no artigo 51.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2014, de 12 de setembro, no dia 30 de outubro de 2015, iniciada às 09:21 horas e concluída às 11:40 horas.

Sumário	1
Abertura	2
Ponto um	3
Ponto dois	10
Encerramento	11

**ABERTURA**

**ATA Nº 20/2015**

Aos trinta dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, na Covilhã, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal da Covilhã, convocada por Edital de 26 de outubro de 2015, sob a presidência do Senhor Presidente Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes os Senhores Vereadores Carlos do Carmo Martins, Nuno Flávio Costa Reis, em substituição do Senhor Vereador Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, Jorge Manuel Torrão Nunes e José Joaquim Pinto de Almeida.

Não compareceu à reunião o Senhor Vereador Nelson António Mendes da Silva, tendo a sua falta sido justificada.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

E, pelas 09:21 horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.

**1. Orçamento para 2016, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapas de pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos (aprovação e remessa à Assembleia Municipal)**

O Senhor Presidente submeteu à apreciação da Câmara a proposta de Orçamento para 2016, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapas de Pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município, e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, complementada com informação da Divisão de Recursos Humanos, no que respeita ao mapa de pessoal dos colaboradores da Câmara Municipal.

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existe para o efeito.

De seguida deu a palavra ao Senhor Vereador José Pinto que referiu ter tido conhecimento do documento através da reunião realizada pelo Senhor Presidente mas, que apesar de tudo, foi tardia a sua apresentação, pois mesmo tendo propostas e dúvidas sobre alguns pontos, não estariam em tempo útil de ser alteradas.

Referiu que era de opinião que "todo o executivo deve tentar construir um documento que vá ao encontro àquilo que são os pontos de vista e objetivos de cada um dos eleitos, não obstante de a maioria ter o direito de definir qual o percurso e as prioridades para o concelho mas, se participássemos na elaboração do mesmo vincular-nos-ia a uma responsabilidade acrescida ao longo do ano.

A verdade é que continuamos a entender que é um documento meramente contabilístico, que não nos diz qual é o "caminho" escolhido ou pelo menos não é claro, nem como o pretendem concretizar. Não tem qualquer sustentabilidade política.

Apresentámos na reunião algumas questões, que condicionariam o nosso sentido de voto; algumas foram efetivamente esclarecidas e outras não foram bem definidas e não nos dizem o seu objetivo, tais como:

- os auxílios económicos do 1.º ciclo;
- a regulamentação da atribuição de subsídios;
- a redução da fatura da água;
- o plano de desenvolvimento cultural e desportivo;
- o plano da proteção civil, era importante definir no Orçamento e nas linhas orientadoras do contexto político se queremos ter uma prevenção, que é fundamental no combate aos incêndios, construindo charcas, pequenas barragens e adquirir equipamentos que permitam prevenir;
- a requalificação e manutenção de vias rodoviárias que se encontram em mau estado;
- o plano dos transportes públicos, conseguimos dar resposta às necessidades das pessoas no núcleo da cidade e o resto do concelho funciona com os interesses das próprias empresas, visando os lucros;
- a redução dos custos nas despesas de aquisição de serviços;
- o Orçamento anterior foi chamado de "Orçamento das Freguesias" e este ano é apresentado sem um rumo em concreto, que acho que não é a melhor forma de gerir o futuro;

## ATA DA REUNIÃO DE 30/10/2015

- o quadro de pessoal da Câmara Municipal que precisa de uma aferição, deveria ser estudada e analisada a legislação que suporta a possibilidade de serem contratadas novas pessoas, acabando com alguns recibos verdes, que ainda existem;
- o combate ao insucesso e abandono escolar;
- a criação de uma equipa pluridisciplinar que ajude a encontrar um fio condutor para o necessário desenvolvimento do concelho.

Estas são razões suficientes para não aprovarmos o documento e optarmos pela abstenção, para demonstrar que estamos cá para colaborar e ajudar, mas que tem estas lacunas que são imprescindíveis de resolver, de acordo com o projeto político que definimos.”

O Senhor Vereador Nuno Reis afirmou que este é um documento proforma, pois só ontem lhes foi dado a conhecer, para ser hoje aprovado o que não lhe permitia, em tempo útil, fazer qualquer tipo de alteração; afirmou que este é um documento que deve ser elaborado, obrigatoriamente, com a intervenção de todos os partidos, como a Lei determina, mesmo com a colaboração dos partidos que não têm representação no executivo, mas que concorreram nas eleições autárquicas, apresentando relatórios das suas propostas e que sejam anexas ao documento.

Por outro lado, afirmou que as preocupações que já apresentaram, relativamente às Juntas de Freguesia são, no seu entender, muito relevantes e que não foram tidas em conta neste Orçamento; salientou ainda a inexistência de receitas para fazer face às despesas que têm aparecido durante o mandato.

Colocou ainda algumas questões sobre algumas rubricas presentes no Orçamento, como por exemplo a verba atribuída aos espaços culturais, que é inferior à que tinham referido, a verba das aquisições de serviços, a verba de estudos, pareceres e consultadoria e a verba com outros trabalhos especializados, que achava elevado em relação a outras rubricas mais importantes, como a educação, a ação social e a reabilitação das redes viárias, que deveriam ser contempladas com uma verba superior, face à necessidade urgente de intervenção de algumas delas.

Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Vereador Joaquim Matias e fez a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente

Senhores Vereadores:

Aquando da elaboração do projeto de Orçamento para 2016, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapas de Pessoal, foi-me solicitado enquanto Vereador em regime de permanência, que fizesse chegar ao Senhor Dr. Júlio Costa os orçamentos das áreas que me estão confiadas por despacho n. 1/2015 do Senhor Presidente da Câmara.

Em colaboração com os responsáveis do Urbanismo, da Defesa do Consumidor e da Proteção Civil e Segurança, foram, elaboradas as propostas que foram entregues e aceites quase na sua totalidade.

Na análise destes tão importantes documentos constatei o seguinte:

Este Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais e Mapa de Pessoal, apresentam alguma preocupação ao nível da contenção e refletem a intenção do saneamento financeiro.

Manifesto algumas das minhas preocupações, e solicito ao Senhor Presidente a melhor atenção para a resolução/contemplanção da sua resolução no ano de 2016, a saber:

## ATA DA REUNIÃO DE 30/10/2015

Concordo com o apoio para a requalificação das sedes das Juntas de Freguesia de Cortes do Meio e do Sobral de São Miguel, mas, solicito que tenham em conta também a urgente intervenção que tem que ser feita na seda da Junta de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, nomeadamente na substituição de telhado, portas e janelas.

Alerto ainda, Senhor Presidente, para o facto da necessária reparação da parede exterior do auditório e telhado, bem como o apoio que deve ser dado no melhoramento do espaço envolvente ao Museu Gasómetro, feito a pulso pelo anterior Presidente de Junta.

Senhor Presidente da Câmara:

Sabe o Senhor Presidente, que a empresa Beralt assinou um Protocolo em que se compromete a entregar, salvo erro, 75.000,00€ à Câmara para ajudar na requalificação da estrada municipal.

Essa importância pode, quanto a mim, ser canalizada para a Junta de Freguesia de A.S.F.Assis, para que a mesma possa fazer face a muitos compromissos e preocupações ao nível de várias intervenções na área da Freguesia.

Apoio a contratualização com as Juntas de Freguesia, porque são estes Autarcas os primeiros a serem solicitados para ajudarem na resolução dos problemas das pessoas, e também, porque sabem muito bem gerir os recursos colocados à sua disposição.

Para a Proteção Civil, está prevista a aquisição de uma viatura (máquina de rastos) e a respetiva zorra, bem como a aquisição de uma viatura de combate a incêndios urbanos.

Ao nível da Habitação Social está prevista uma considerável verba para a sua requalificação conservação e manutenção, o que é positivo;

Esta prevista uma verba para a requalificação, conservação e manutenção do parque escolar, vindo assim ao encontro das preocupações das pessoas e dos eleitos que ao longo do mandato tem alertado para esta necessidade.

Senhor Presidente

Senhores Vereadores:

Solicito que se providencie no sentido de introduzir no Roteiro dos Museus do Concelho, o Museu da Barroca, o Gasómetro e algum apoio ao mesmo, estando de acordo também no apoio que deve ser dado aos Centros Interpretativos e que estes sejam também contemplados nos roteiros.

Realço o esforço que se pretende dar ao movimento associativo, e alerto para a necessidade de direcionar algum apoio, para algumas delas procederem à legalização urbanística.

Quanto à verba, de cento e cinquenta mil euros, destinados à construção da Casa Mortuária de Dominguiso, sugiro uma reunião com a Junta de Freguesia para reavaliar este investimento, porque já existe uma Casa Mortuária, e que com um investimento muito menor, conseguiríamos dotar a Freguesia com uma que desse resposta às necessidades e com dignidade.

Quanto às vias de comunicação, alerto para a necessidade de serem intervencionadas nas suas limpezas, conservação, manutenção e melhoramentos.

Senhor Presidente

Senhores Vereadores:

A ligação que une a Freguesia de Erada e a anexa dos Trigais estava contemplada no Plano de 2015.

Neste documento não consta, mas alerto mais uma vez para esta necessidade, pois iria beneficiar os meios de proteção civil, e a existência da mesma traria muitos benéficos às populações ali residentes.

## ATA DA REUNIÃO DE 30/10/2015

Apelo ao Senhor Presidente que se entre em contacto com os responsáveis da Engenharia de Espinho para que, em colaboração com eles, podermos fazer a plataforma do traçado dessa ligação.

Senhor Presidente:

Também no Plano do presente ano, estava prevista a recuperação de um dos moinhos de vento na anexa da Freguesia da Erada.

Neste Plano nada consta, mas alerto o Senhor Presidente para a necessidade de se elaborar um Protocolo com a Junta de Freguesia da Erada para se fazer a recuperação de pelo menos um desses moinhos.

Quanto aos Mapas de Pessoal, manifesto a minha preocupação pelo facto de estarem previstos muitos lugares para Técnicos e só termos previstos dez Operacionais.

Por último, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, enquanto eleito, irei estar atento e dar o meu contributo solicitando uma maior proximidade das Juntas de Freguesia não só na contratualização, mas também no apoio presencial para que possamos afirmar que as promessas feitas são cumpridas.

Tendo em conta as respostas às minhas questões, e os compromissos assumidos, voto favoravelmente os documentos que nos foram presentes para decisão.”

O Senhor Presidente, respondendo às intervenções dos Senhores Vereadores, disse que “compreendo, aliás, o orçamento tem uma forte componente ideológica, onde se faz a diferença, que é o problema de o orçamento ser ou não ser programático. Na prática, o orçamento é, obviamente, a concretização, é a objetivação, é o programa dos programas, é o programa eleitoral que foi mais sufragados pelos Covilhanenses e os bons contributos das outras forças políticas, que estamos a verter no documento contabilístico e previsional que expressa essencialmente a vontade do nosso programa político, ajustando-o, diariamente, às prioridades que vão surgindo. Temos que fazer muito, com muito pouco, em termos financeiros, atendendo a todas as preocupações que o Município tem, designadamente:

- a questão com a Parq C que, neste momento, é “o problema”;
- vamos pagar em 2016, o que falta pagar do Parque de Merendas do Tortosendo;
- e outras surpresas que vão surgindo.

O Plano é muito claro e temos que gerar confiança nos nossos cidadãos. Tivemos 2 anos muito difíceis, mas que se vão resolvendo, dentro das possibilidades, não deixa de ser um Orçamento das Freguesias, mas este é, essencialmente, um Orçamento dos Fundos Comunitários, que estão refletidos no mesmo: a recuperação do Teatro Municipal, a recuperação do edifício do antigo liceu, a recuperação do edifício onde está instalada a APPACDM.

É um Orçamento fulcral para a aplicação destes Fundos Comunitários; é um Orçamento plurianual e temos apenas refletido parte do valor total que vamos investir em determinada rubrica. Estamos a trabalhar na contenção da despesa e na prestação de bons serviços aos Municípios; estamos também a trabalhar na obtenção de receitas, como por exemplo as licenças eólicas e outras.

Sobre a Proteção Civil referir que temos, ao nível da CIM, uma vigilância e um controle permanente de toda a região, que nos permitirá socorrer a eventualidades com a máxima prontidão.

Quanto ao plano de contingência para fazer face aos problemas das vias de comunicação, dizer que neste momento não é possível construir novas vias, apenas podemos intervir pontualmente nos locais mais urgentes.

## ATA DA REUNIÃO DE 30/10/2015

Quanto ao custo de aquisição de serviços referir que não temos mão-de-obra qualificada para a elaboração de projetos no âmbito dos Fundos Comunitários e que por isso temos que recorrer a serviços externos.

As Freguesias são a nossa prioridade e a meta que nós queremos chegar e estamos de acordo com o que pretendemos atingir, mas temos que priorizar as necessidades e ajustar às nossas disponibilidades.

Gostava que o Orçamento fosse apresentado com mais tempo e antecedência, mas face à Lei das Finanças Locais impõe que o mesmo seja aprovado até ao dia 31 de Outubro, mesmo que o Orçamento de Estado não esteja aprovado.”

O Senhor Vereador Nuno Reis salientou a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva que não pediu a sua substituição nesta reunião, neste momento de decisão que descredibiliza o Orçamento em concreto.

**A Câmara, com o voto contra do Senhor Vereador Nuno Reis e com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar a proposta de Orçamento para 2016, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapas de Pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município, e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.**

Mais foi deliberado, remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal, nos termos do disposto nas alíneas c) do n.º 1 e ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos previstos nas alíneas a) e o) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, e do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro.

**O Senhor Vereador Nuno Reis fez a seguinte declaração de voto:**

**“De acordo com o calendário estipulado na legislação autárquica, os órgãos executivos autárquicos, cumprindo com todas as obrigações legais, devem elaborar, atempadamente, as opções do plano e a proposta de orçamento para 2016, a fim de as submeter aos órgãos deliberativos na reunião ordinária de novembro/dezembro. Vidé art.ºs 25.º, 27.º e 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.**

**Dentro das obrigações legais a cumprir, de acordo com o n.º 3 do Art.º 5º da Lei 24/98, de 26 de maio - Estatuto do Direito de Oposição – impõe que *“Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade.”***

**Assim, enquanto titulares do direito de oposição (n.ºs 1 e 2 do Art.º 3º da Lei 24/98), e apesar de os eleitos pelo Movimento Acreditar Covilhã terem sido convocados para ser ouvidos e pronunciarem-se sobre aquelas propostas de opções do plano e orçamento, o certo é que tal reunião foi sendo, sucessiva e injustificadamente, adiada pelo Sr. Presidente de Câmara, ao ponto de a mesma, apenas se ter realizado no final do dia de véspera da discussão e votação dos documentos em causa e quando a proposta das grandes opções do plano e orçamento já se encontravam elaboradas e disponibilizadas para a respetiva deliberação, e como tal fechadas, a qualquer contributo ou sugestão por parte da oposição.**

Foi, assim, manifesto que, tal atuação por parte do Sr. Presidente de Câmara – *ao realizar a reunião de preparação e apreciação daqueles documentos na véspera da sua votação e apenas como mero trâmite de cumprimento de calendário* – impediu, objetivamente, que as críticas e propostas apresentadas pelo Movimento Acreditar Covilhã fossem sequer apreciadas, quanto mais consideradas na elaboração de tais instrumentos fundamentais na gestão da vida do Município.

Assim, verifica-se que Movimento Acreditar Covilhã foi, de facto, impedido de apresentar as propostas enquadráveis nos valores e princípios que defende, com relevo para as políticas de proximidade, como as políticas de família e as políticas sociais e comunitárias, a educação, a ação social e a saúde, a criação de emprego através da implementação de condições de fixação de empresas, a limitação da carga fiscal municipal, a segurança das pessoas e bens, a preservação do património cultural, histórico e ambiental, bem como o apoio à atividade económica do Município. E, tudo isto, pugnando sempre pela gestão rigorosa, eficiente, equilibrada e transparente do orçamento e serviços da nossa autarquia.

Efetivamente, não encontramos refletidas nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento de 2016, aquilo que são as legítimas preocupações dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, nomeadamente algumas daquelas que são originadas pela não execução do previsto nos Orçamentos anteriores de 2014 e 2015; nem foram definidas ou sequer constam de tais instrumentos, as necessárias medidas estratégicas para a redução do custo de vida das famílias, nomeadamente as de maior agregado, como a redução do custo da água, bem como, não foram apresentadas nenhuma medidas de incentivo à natalidade e fixação de jovens; nem qualquer concretização de uma, mais que necessária, estratégia de atração e fixação de empresas e de criação de empregos, através de medidas sérias que propiciem o desenvolvimento económico, através da promoção do turismo e do aproveitamento do potencial que os recursos endógenos existentes no Concelho.

Considerando que, à semelhança do anos anteriores, se verifica a grande fonte de receitas previstas para 2016, no documento apresentado, advém da, recorrente e simulada venda de bens imobiliários, cuja alienação que não deve ser equacionada, principalmente, numa altura em que este tipo de operações é reduzida e em que, é manifesta a desvalorização no mercado imobiliário, sem que existam sequer avaliações que garantam minimamente a veracidade dos valores inscritos como receita, criando a ilusão de capacitação orçamental para fazer face às rubricas apresentadas, e que, à semelhança de orçamentos anteriores se revela impossível de cumprir levando à situação financeira deficitária em que o Município se encontra.

Considerando que, em nosso entender, não se encontram devidamente acauteladas e provisionadas todas as contingências e, sobretudo, as despesas que, apesar de publicamente conhecidas, nem sequer são referidas nos documentos em apreço, e que colocam em perigo a execução de qualquer medida orçamental de investimento.

O Movimento Acreditar Covilhã é forçado a votar contra as propostas de Orçamento para 2016, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapas de pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, apresentada pelo Sr. Presidente de Câmara.

Requerendo que, seja expressamente, consignado no relatório a elaborar nos termos previstos no Estatuto do Direito de Oposição (Lei 24/98, de 26 de maio) o procedimento do Sr. Presidente de Câmara, anteriormente denunciado, e que, em nosso entender consubstancia um incumprimento, de facto, das obrigações previstas no referido Estatuto e supra identificadas.”



## **2. Contratação de empréstimo a curto prazo para 2016**

Presente Relatório de abertura e análise de propostas do empréstimo de curto prazo para o ano de 2016, no valor de 1.500.000,00 €, propondo que a Câmara municipal autorize contrair um empréstimo de curto prazo, para o ano de 2016 e autorize a contratação deste financiamento junto do Banco Santander Totta (BST) que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município e celebrar o respetivo contrato, nos termos da minuta. (documento apenso à ata)

O Senhor Vereador José Pinto disse que faz a mesma crítica, que já tem feito noutros documentos, designadamente que este documento deveria ter sido apresentado de uma forma mais completa, esclarecendo qual o fim a que se destina o empréstimo e não apenas um relatório de propostas, justificando a escolha de determina entidade bancária. Afirmou ainda que vota favoravelmente este documento.

O Senhor Dr. Júlio Costa explicou que “ as receitas das Autarquias não são uniformes ao longo dos anos, ao contrário do que acontece na Administração Central. Ao nível das Autarquias temos picos de receitas, verificando-se alguns períodos com valores muito baixos, nomeadamente o período de janeiro até maio de cada ano e para combater essa sazonalidade sobretudo no início de cada ano civil, que é necessária fazer uma antecipação de receitas que vão ser cobradas posteriormente, para conseguir solver todos os compromissos financeiros e de tesouraria que o Município tem. É este o objetivo deste empréstimo a curto prazo.”

O Senhor Presidente acrescentou á informação do Dr. Júlio Costa, que até esta data, estamos a pagar muitas dívidas que transitaram do mandato anterior.

**A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Nuno Reis, deliberou, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, autorizar a contrair em 2016, um empréstimo de curto prazo, até ao montante máximo de 1.500.000,00 €, em conformidade com a consulta feita às Instituições Bancárias, com efeitos a partir de 01/01/2016 e com prazo máximo até 31/12/2016 e submetido ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.**

**Deliberou ainda, autorizar a contratação deste financiamento junto do Banco Santander Totta (BST), que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme análise efetuada, para o montante solicitado de um milhão e quinhentos mil euros, com um *spread* de 1,125% indexado à EURIBOR a 6m e a celebração do respetivo contrato, nos termos da minuta.**

**Mais deliberou submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1 do artigo 25.º.**

**ATA DA REUNIÃO DE 30/10/2015**

**APROVAÇÃO EM MINUTA**

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

**VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES**

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

**ENCERRAMENTO**

Pelas 11:40 horas, terminada a votação dos assuntos constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

**O Presidente,** \_\_\_\_\_

**A Diretora do Departamento de Administração Geral,** \_\_\_\_\_